

Clipping Diário

TJPI



12.01.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	12.01.2018	-	Política

Luiz Brandão

Aproveitando o recesso do

judiciário o desembargador Luiz Gonzaga Brandão visitou várias livrarias da área jurídica em alguns Estados e surpreendeu-se com várias citações de civilistas modernos ao jurista Wilson de Andrade Brandão, ao lado de autores internacionais.

Um exemplo

Citando que na sua formação intelectual e jurídica inspirou-se em Wilson de Andrade Brandão, o desembargador destacou o livro de Amaldo Rizzardo "Introdução ao Direito e Parte Geral do Código Civil", que cita o jurista piauiense já falecido.

Oficial de justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Erivan Lopes, nomeou ontem, seis oficiais de Justiça, aprovados no último concurso público, ocorrido em 2015.

Pronto, estão nomeados também oficiais de justiça.

A vida é dela

Conta-se que antes de ser libertada pelo juiz Antônio Noletto, acusada de envolvimento pela morte do cabo Claudemir, Maria Ocianira recebeu uma cabeleireira em seus 'aposentos' na Penitenciária Feminina, para fazer unhas e escova.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	12.01.2018	-	Em dia

ABORDAGEM MAL SUCEDEDA

Policial que disparou contra Emilly é exonerado

Aldo Dornel está encarcerado no Presídio Militar, no bairro Ilhotas, mas deve ser encaminhado para o sistema prisional comum nos próximos dias

Cícero Portela
Portal ODIA

O Governo do Estado exonerou o policial Aldo Luis Barbosa Dornel, acusado de efetuar os disparos que levaram à morte a menina Emilly Caetano Costa, de 9 anos, por volta da meia-noite do dia 25 de dezembro de 2017, durante uma abordagem mal-sucedida na Avenida João XXIII.

A informação foi confirmada pelo secretário de Governo, Merlong Solano ontem.

Segundo o coronel Carlos Augusto, comandante-geral da PM-PI, também foram exonerados outros três policiais que tinham sido reprovados no exame psicológico do concurso realizado pela corporação - os mesmos que

O secretário Merlong Solano confirmou a informação



FRANCISCA ALVES / O DIA

ajuízaram, juntamente com Aldo, uma ação na Justiça para conseguir o direito de realizar as demais etapas do certame.

Aldo Dornel está encarcerado no Presídio Militar, no bairro Ilhotas. De acordo com a coronel Elza Rodrigues, chefe do setor de comunicação da PM-PI, ele deve ser encaminhado para o sistema prisional comum assim que o comandante-geral da PM for notificado pela Justiça.

A coronel Elza esclarece que, mesmo com a exoneração do policial, será mantido o inquérito aberto pela PM para investigar as circunstâncias da

abordagem, uma vez que outro policial participou da ação, e há várias questões a serem elucidadas.

Aldo Dornel e os outros três PMs exonerados nesta quinta-feira conseguiram ingressar na corporação graças a uma liminar deferida pelo juiz Oton Mário José Lustosa Torres, que autorizou os quatro a participarem das demais etapas do concurso, mesmo depois de terem sido reprovados no exame psicológico.

A liminar, contudo, foi revogada desde o dia 6 de setembro de 2016, por uma decisão do juiz Rodrigo Alaggio Ribeiro. Ou seja, os quatro

policiais militares permaneceram irregularmente nos quadros da PM por mais de um ano e quatro meses, sem que a corporação ou o Governo tomassem qualquer providência.

A Procuradoria-Geral do Estado alega que não solicitou a exoneração dos policiais antes porque não recebeu a notificação da Justiça.

Para evitar novos equívocos como este, a PGE pediu que a partir de agora todas as decisões judiciais desta natureza sejam comunicadas formalmente ao órgão, responsável pela assessoria jurídica do Governo do Estado.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	11.01.2018	-	Notícias

Presidente Erivan Lopes nomeia seis oficiais aprovados em concurso

A nomeação dos oficiais aconteceu na terça-feira (09) e foi publicada no Diário de Justiça do Estado desta quinta-feira (11).

LAURA MOURA

11/01/2018 15h42 - atualizado 19h30

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Erivan Lopes, nomeou seis oficiais de justiça aprovados no último concurso feito pela instituição. A nomeação dos oficiais aconteceu na terça-feira (09) e foi publicada no Diário de Justiça do Estado desta quinta-feira (11).

Foto: Divulgação/Ascom



Desembargador Erivan Lopes

A nomeação dos oficiais é referente ao processo de estruturação de pessoal, publicado na portaria 39/2018. Outros servidores que também devem ser nomeados, como os de Analista Judicial, aguardam a aprovação paradigma e devem ser feitas assim que o processo for concluído.

Confira [aqui](#) a portaria.

Erivan Lopes considerou que as nomeações foram feitas para suprir a necessidade de ocupar cargos de servidores na estrutura administrativa do Poder Judiciário Piauiense.

Lista dos nomeados:

Caio José Santana de Resende
Jesmiel Alves da Silva
Wesley de Medeiros Almeida
Washington de Sousa Costa
Rafael Câmara de Souza
Meline Aragão Mendonça Oliveira



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	12.01.2018	-	Notícias

PM envolvido em ação que baleou casal em Teresina foi reprovado em teste

Os dois policiais envolvidos na ação conseguiram uma liminar e já estão em liberdade. Eles estão trabalhando na parte administrativa até a conclusão do processo.

BRUNNO SUÊNIO

12/01/2018 07h13 - atualizado 08h28

Um dos policiais envolvidos em uma abordagem que resultou em **duas pessoas baleadas, na Vila Irmã Dulce**, em novembro do ano passado, também foi reprovado no teste psicotécnico da Polícia Militar do Piauí.

Os policiais foram identificados como soldado André Alves Barreto e sargento Luiz Gonzaga da Silva, da Companhia Independente do Promorar. Ambos tiveram **a prisão preventiva decretada** duas semanas depois pelo juiz de direito da Central de Inquéritos, Luiz de Moura Correia.

André Alves entrou na PM através de uma liminar depois de ter sido reprovado no teste psicotécnico. A sentença do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina, Aderson Antônio Bruno Nogueira, foi dada em agosto de 2013, depois que André e mais três candidatos ingressaram com a ação requerendo a suspensão do teste.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	12.01.2018	-	Notícias

Wellington Dias exonera policial acusado de matar Emilly Caetano

O decreto foi assinado, no início da tarde desta quinta-feira (11), no Palácio de Karnak.

RAISA BRITO

11/01/2018 14h48 - atualizado 18h21

O governador Wellington Dias assinou, no início da tarde desta quinta-feira (11), no Palácio de Karnak, decreto que torna sem efeito a nomeação do policial militar Aldo Luis Barbosa Dornel acusado de matar a menina Emilly Caetano, 9 anos, durante uma ação desastrosa na noite do dia 25 de dezembro.

Foto: Lucas Dias/GP1



O decreto atinge ainda outros três policiais militares: Cleantes da Fé de Jesus, Júlio César Vieira Torres e Eduardo Rodrigues da Silva. Todos estavam na polícia por meio de liminar que, posteriormente, foram derrubadas pela Justiça.

Dornel reprovou no teste psicológico do concurso da Polícia Militar e conseguiu ingressar nos quadros da instituição por meio de uma liminar deferida pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina, Oton Mário José Lustosa Torres, em junho de 2010. **A liminar foi revogada em setembro de 2016** pelo juiz de direito Rodrigo Alaggio Ribeiro. No entanto, o comandante da PM, Coronel Carlos Augusto, afirmou que o soldado não havia sido exonerado **porque a instituição não foi comunicada da decisão.**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 graus	11.01.2018	-	Notícias

[Caso Emily: Governador exonera policial suspeito de assassinar criança](#)

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), assinou a exoneração do policial militar Aldo Luiz Barbosa Dornel aprontado como autor do tiro que matou a criança Emily Caetano, de nove anos, assassinada durante uma abordagem policial desastrosa no dia 25 de dezembro de 2017.

W. Dias e o secretário de Governo Merlong Solano assinaram um decreto que torna sem efeito a nomeação de quatro candidatos que não obtiveram resultado positivo no exame psicotécnico para entrar no quadro da Polícia Militar do Piauí.

Tanto Aldo como os outros policiais, haviam sido reprovados nos exames psicotécnicos em certames de 2011 e 2014 para ingresso na Polícia Militar do Piauí, os quatro policiais militares incluídos no decreto recorreram à Justiça na época e foram nomeados sub judice, quando a decisão está nas mãos de juiz ou tribunal, aguardando determinação judicial.

Só agora, o Governo do Piauí recorreu e tornou sem efeito a nomeação dos policiais assinando o decreto que reflete no afastamento dos militares da corporação.

A orientação do governador é que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) acompanhe e recorra a todos os processos judiciais que garantiram a nomeação de policiais civis e militares que não seguiram a todas as etapas exigidas nos editais de ingresso às corporações da Segurança Pública.

SOBRE O CASO

Emilly morreu após ser baleada durante uma abordagem da Polícia Militar na avenida João XXIII, na Zona Leste de Teresina. Além da criança, a mãe dela foi atingida no braço, e o motorista, seu pai, foi baleado na cabeça, internado e perdeu a audição de um dos ouvidos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	11.01.2018	-	Notícias

Réu por matar funcionário de supermercado será ouvido; família pede justiça

Após ouvir todas as testemunhas, de acusação e defesa, o réu Dorival Ferreira de Almeida prestou depoimento ao juiz na [audiência de Instrução e Julgamento, por volta das 15h. O auxiliar de Segurança do Trabalho é acusado de matar Sidivaldo Bacelar no dia 17 de julho de 2017](#). A vítima estava trabalhando em um supermercado na zona Sudeste de Teresina, localizado na Avenida Joaquim Nelson, no bairro Dirceu Arcoverde. [Câmeras de segurança filmaram toda a ação](#).

A família de Sidivaldo acompanha a audiência e pede por justiça. A sobrinha dele, Jéssica Bacelar, disse ao [Cidadeverde.com](#) que o acusado agiu de maneira covarde.

“A gente só quer que a justiça seja feita, que ele pague pelo crime que cometeu. Esse homem agiu de uma forma covarde e isso não se faz, matar uma pessoa”, declarou Jéssica.

A audiência acontece na 1ª Vara do Tribunal Popular do Júri. Devem ser ouvidas 13 testemunhas, sete de acusação e seis de defesa. O réu também será ouvido.

O advogado do réu, Marcos Vinicius, disse que no dia do crime seu cliente recebeu uma ameaça e, por isso, cometeu o crime sob forte emoção. “Ele vai confessar o crime, está consciente que terá uma pena, nós só queremos que ela seja justa, pois cada um reage da maneira como seu coração diz”, comentou.

Ele solicitou ao juiz Antônio Nollêto a liberdade provisória do réu. “Estava aguardando o parecer do promotor dr. Benigno Filho que disse que só daria resposta após a instrução e hoje disse ser favorável. Entreguei o pedido ao juiz que terá cinco dias para proferir sua decisão”, disse Marcos Vinicius Brito confiante.

O Crime

Sidivaldo Bacelar foi morto a tiros enquanto trabalhava no Comercial Carvalho da Avenida Joaquim Nelson, no Dirceu Arcoverde, no dia 17 de julho. O suspeito de cometer o crime foi preso 10 dias após o assassinato. Ele foi identificado como Dorival Ferreira de Almeida.

Dorival se entregou a polícia acompanhada de advogados e ficou preso porque já havia um mandado de prisão temporária expedida contra ele. Em depoimento, Dorival confessou o crime, mas não deu detalhes sobre a execução do homicídio. A suspeita é de que seja crime passional. Sidivaldo tinha um envolvimento extraconjugal com a ex-esposa de Dorival.

Na época, o delegado Emerson Almeida informou que o suspeito demonstrou frieza durante o interrogatório. “Temos convicção que ele foi ao supermercado também para matar a ex-esposa. Foi um crime premeditado”, conta o delegado.

O delegado relatou ainda que Dorival ameaçava a ex-esposa desde o início do ano passado. Em uma última ameaça, teria prometido que, se em 24 horas ela não fosse embora de Teresina, seria assassinada. O suspeito não aceitava a separação e perseguia a ex-mulher. Ela chegou, inclusive, a registrar dois boletins de ocorrência contra o antigo companheiro, mas não quis levar as denúncias adiante.